

FOME, CIDADANIA E POLÊMICAS HIPÓCRITAS: AS RESPONSABILIDADES DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL

Em entrevista concedida em de janeiro de 2005

*Maurício Andrade**

A Ação da Cidadania sempre propugnou que o Estado assumisse uma responsabilidade que é dele, de elaboração de políticas públicas mais eficientes no sentido da diminuição da exclusão (...) Nós hoje vivemos no Brasil uma ausência de participação da sociedade civil, uma ausência de sonhos (...) esse é um dos maiores obstáculos para que se possa, de fato, redirecionar o Estado no sentido de que a prioridade de reconstrução da nação seja a da inclusão social e não a consolidação de uma grande parcela da população na miséria, que pode até não passar fome, mas que não vai ter muito direito a sonhar com um Brasil melhor.

Maurício Andrade, 2005.

Alan Maia Silva - *Como o senhor se envolveu com movimentos de militância pelo direito à alimentação e combate à fome? Em que ano? Através de qual iniciativa?*

Maurício Andrade: Eu acho que meu envolvimento com a questão da fome se deu pelo exercício profissional. Isto é, desde 1976, quando vim para o Rio de Janeiro, eu atuo profissionalmente na área de extensão rural, na antiga Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e na CA-RJ. Em seguida eu fui para o sistema de pesquisa da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) no Rio de Janeiro, aonde eu trabalhava sempre com a transferência de tecnologia. Nessa oportunidade, como pesquisador, a gente avaliava as consequências das tecnologias geradas pelo sistema, até que ponto elas contribu-

* **Maurício Andrade** é Coordenador Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome a Miséria e pela Vida.

íam, principalmente para o pequeno produtor melhorar sua renda, melhorar sua capacidade de sobrevivência. Isso me permitiu, particularmente no Rio de Janeiro, conhecer todo o Estado, ou seja, eu conheço todos os Municípios do Estado do Rio de Janeiro e isso se estendeu até 1998. Ao longo desse tempo, em alguns momentos, eu também tive uma atuação no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no Rio de Janeiro, ou seja, em 1985, quando com a Nova República surgiram as primeiras alternativas de que existiriam transformações na economia do Brasil, naquela oportunidade, particularmente, com a realização da reforma agrária. Então, atuei dois anos no Incra tentando a implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária. Essas duas grandes áreas, seja a questão da reforma agrária, seja a questão da estrutura do campo e da pequena produção, faziam com que as diferenças sociais ficassem muito contundentes, o conhecimento dessa realidade. Logo depois do Incra eu fui trabalhar na Secretaria de Ações Fundiárias do Estado. Foi aí que eu tive uma aproximação com o tema da fome. Logo em seguida, coordenei a primeira Superintendência de Segurança Alimentar na Secretaria de Agricultura do Rio de Janeiro, isso 1994. Assim, eu tive a oportunidade de ter um conhecimento mais profundo da questão das diferenças do setor urbano. Em todos os dois momentos ficava muito claro que se ampliava, se deteriorava a questão da pobreza no Brasil, a partir da década de 1970, agudizando-se na década de 1980 e sem perspectivas na década de 1990. Junto com o desenvolvimento profissional eu comecei a participar de algumas atividades, enquanto sociedade civil, criando em 1982 a primeira associação de empregados no sistema Embrapa, para exatamente ter uma participação mais de reivindicação e, em seguida, participando de movimentos que eclodiram no Brasil junto com o processo de democratização. A questão da anistia, a luta pelas diretas e, em seguida, o Movimento pela Ética na Política, com o afastamento do Collor e, por consequência, a criação da Ação da Cidadania em abril de 1993. Assim, tive a oportunidade, na segunda reunião da campanha, já de participar e, a partir daquele momento, coordenar exatamente a questão das campanhas da Ação da Cidadania desde 1993. Dali em diante, a gente vem aprofundado um pouco mais as atividades, coordenamos a I Conferência Estadual de Segurança Alimentar do Rio de Janeiro. Também acho que a gente teve um momento histórico nesse país, enquanto conferência, enquanto participação popular, que foi a realização da I Conferência em 1994, com mais de cinco mil pessoas da sociedade civil atuando de uma forma bastante assertiva, eu acho que foi um momento importante da participação da sociedade bra-

sileira no sentido de dar sua contribuição para diminuição da exclusão no Brasil.

AMS - *Em 2005 a Ação da Cidadania completa 12 anos de existência. Qual o balanço que você faz desse período? Quais foram as principais realizações e as eventuais frustrações?*

Andrade: Eu diria que tivemos dois grandes resultados. O primeiro foi manter um sonho vivo, o que é uma coisa muito difícil. Principalmente, se a gente entender que esse sonho era fruto de um carisma de uma pessoa que tinha capacidade de sonhar e coletivizar esses sonhos, que foi o Betinho, e com a ausência dele se conseguiu manter acesa essa campanha e, de alguma forma, dar uma estrutura de permanência à ela, com os mesmos valores. Eu acho que foi uma grande conquista de todos aqueles que participam da manutenção da Ação da Cidadania. O segundo foi manter viva a importância de que cabe à sociedade definir os rumos do país, ou seja, não creditar em nenhum governante a responsabilidade pelas transformações, mas que os governantes sejam instrumentos da organização da sociedade. Então, eu diria que, timidamente, mas tentar dar ao longo desse tempo, em vários momentos, uma participação mais ativa da sociedade no sentido de que a gente construa um Brasil diferente.

AMS - *A Ação da Cidadania foi e é uma iniciativa absolutamente vitoriosa em sua capacidade de mobilização social e promoção de ações solidárias. No entanto, ela é em alguns momentos criticada por ter um suposto caráter assistencialista. Como você recebe tais críticas? Entre a garantia do direito à alimentação e a emergência em se saciar o faminto qual é o espaço para as campanhas pautadas na solidariedade?*

Andrade: Eu diria que essas avaliações são muito mais fruto das maiores visibilidades enquanto campanha que existe no Brasil hoje, que é o Natal sem Fome e, portanto, mesmo que ao longo do ano se faça diferentes atividades, o que marca a Ação da Cidadania, até porque a campanha desde seu início estimulou, fez crescer e politizar a questão da solidariedade. Há uma diferença profunda entre se assistir e ser solidário. Eu acho que a solidariedade é uma ação política de transformação e o assistencialismo é uma forma de garantir a sobrevivência na manutenção da miséria. Então a Ação da Cidadania nunca se propôs a ser assistencialista e eu poderia dizer para você que nunca o foi. Eu acho que uma das marcas é que desde 1994, a gente faz apenas durante um período a questão da arrecadação de alimentos. E o faz cada ano com mais competência, ampliando a participação de diferentes setores da

sociedade e de uma forma concreta, a cada ano, arrecadando um volume maior, por conta da consolidação das parcerias e, principalmente, pelos veículos de comunicação, que são responsáveis por dar visibilidade às alternativas para a população participar. Eu diria que isso é apenas falta de informação, fruto da maior visibilidade que a campanha tem na sociedade, no Brasil, de uma campanha de arrecadação de alimentos, mas que sempre teve dois objetivos muito claros: arrecadar alimentos, sim, mas a campanha tem como primeiro objetivo exatamente denunciar a incompetência da ação da sociedade ao longo do tempo e principalmente das políticas sociais. Ou seja, esse objetivo está muito claro em todas as campanhas, é só pegar uma retrospectiva da mídia. Não tem uma campanha do Natal sem Fome que não haja a denúncia de falta de competência nas políticas públicas, de ampliação da miséria e de que precisa a gente rever os modelos que aí estão de prioridade do Estado, senão a gente vai a cada vez perdendo a esperança da transformação real do Brasil. Então é só fazer, não só uma pesquisa histórica, mas olhar. A gente tem uma frase que é: "Com a solidariedade a gente se alegra, não agradece". Então, eu acho que é esse o espírito do Natal sem Fome. A gente sempre solicitou a participação da população e do empresariado, mas solicitou porque essa é uma responsabilidade para todos nós, não para resolver a sua consciência e que as pessoas durmam em paz.

AMS - *O Betinho, em sua época, e você em seqüência, como interlocutores da Ação da Cidadania, sempre pautaram seus discursos por críticas ao modelo econômico vigente no país apontando-o como gerador da situação de miséria e fome da população. Ao se consultarem os escritos e as palavras do Betinho, tudo nos parece extremamente atual. De 1993 para cá nada mudou?*

Andrade: Mudou muita coisa e a gente teve muitos resultados concretos. Eu acho que uma grande conquista nesses 12 anos foi a gente ter, a partir do ano 2000, conseguido a eleição de um presidente que assumiu publicamente pela primeira vez e colocou como prioridade o combate à fome traduzindo isso na sua estrutura de Estado. Eu acho que esse foi um passo, a Ação da Cidadania sempre propugnou que o Estado assumisse uma responsabilidade que é dele, de elaboração de políticas públicas mais eficientes no sentido da diminuição da exclusão. E aí tem várias questões estruturais que precisavam ser realizadas ao mesmo tempo, mas eu diria que uma grande conquista foi isso: ter hoje um governo que tem a responsabilidade, e a sociedade pode cobrar o resul-

tado, de que ninguém passe fome ao longo e ao término de seus quatro anos de mandato. Emergencialmente, eu acho que muito provavelmente esse quadro seja alcançado, porque o que a gente precisa agora é buscar exatamente que as políticas de transformação ocorram, ou seja, é louvável e deve-se parabenizar o esforço do governo federal em estar alcançando seis milhões de famílias beneficiadas com a transferência de renda do Bolsa Família, mas ao mesmo tempo, a gente precisa ter algo mais definitivo e emergencial. Senão a gente vai estar garantindo que pelo menos ninguém passe fome, mas a gente vai estar, na verdade, ampliando a marcha de aposentados, com uma aposentadoria miserável, ou seja, o Bolsa Família de 95 reais pode garantir que ninguém passe fome, mas se não abrir perspectivas a gente vai ter dez milhões de famílias ao término desses quatro anos tendo a garantia de uma aposentadoria miserável que não lhe garante a saída do processo de exclusão social.

AMS - *Recente pesquisa divulgada pelo IBGE desafia todas as estatísticas até então existentes sobre a alimentação do brasileiro. A obesidade seria um problema mais grave e muito mais extenso do que a fome. Os debates que se seguiram à divulgação dos resultados foram classificados por você com "polêmica hipócrita". Fale-nos sobre a pesquisa e essa sua declaração.*

Andrade: Eu acho, primeiro, que é uma boa manchete. Agora, no fundo o que eu acho quando eu me referi à polêmica hipócrita é que todo brasileiro que esteja empregado ganhando acima de R\$ 600 sabe que é impossível qualquer pessoa ter um mínimo de dignidade com a renda de R\$ 106 *per capita*. Então, eu coloco como hipócrita a gente começar a tentar reduzir o número de pessoas que precisam de uma cobertura social do Estado, da sociedade por esses parâmetros. A gente tem que avaliar, de fato, uma questão de qualidade de vida que a Constituição prevê que todos têm direito à saúde, educação, moradia, alimentação adequada e diversão. É hipócrita se a gente imagina que qualquer pessoa pode estar com R\$ 100 ou R\$ 200 tendo essas cinco questões básicas e elementares, elas fazem parte da questão dos direitos humanos, garantidos com essa remuneração. A hipocrisia também é no tratamento desta "obesidade". Ela não significa uma adequada alimentação, pelo contrário. Eu sou nordestino, sei que farinha com açúcar e água deixa as pessoas obesas, mas deixam também essas pessoas com o processo de nanismo, com processo de redução da sua qualidade de pensar e refletir e produzir. Então, eu diria que não são antagônicas as questões. Eu acho que é

uma questão de saúde pública a obesidade. Enquanto que a fome e a desnutrição são questões, não só de saúde pública, mas de dignidade. Ou seja, então é hipócrita você querer diminuir esse universo de pessoas que em termos estatísticos, em termos do acompanhamento do próprio IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), da Fundação Getúlio Vargas, que apontam um universo de 50 milhões de pessoas com menos de R\$ 100 *per capita*. É hipócrita a gente considerar que essas pessoas não são miseráveis.

AMS - *Considerando essa pesquisa do IBGE e os dados da FAO, temos dados concretos que apontam para uma atenuação do quadro da fome no Brasil na década recente. Se os indicadores de renda da população não sofreram mudanças, e até apontam um agravamento do quadro, poderíamos admitir que é a solidariedade que faz a diferença entre a miséria e a fome no Brasil? Se assim for, qual foi o papel da Ação da Cidadania nesta cruzada solidária?*

Andrade: Devemos reconhecer o esforço do governo federal na transferência de renda pelo Bolsa Família. Eu acho que emergencialmente o cumprimento dessa meta, desse desafio vai fazer com que a gente garanta uma ração básica para essa população marginalizada, desde que em algum momento se faça de fato um cadastro único dessa população, ou seja, é inadmissível a gente continuar querendo fechar os olhos para a alta corrupção existente, a falta de responsabilização na realização dos cadastros e eu acho que a gente está cometendo uma inversão. Eu acho que os Prefeitos deveriam ser responsabilizados civilmente quando num determinado Município se descobre que a secretária do Vereador, a secretária do Prefeito, o farmacêutico, o empresário, estão recebendo o Bolsa Família, porque isso foi por omissão ou por conivência da autoridade municipal, e não se execrar aquela pessoa que dentro de uma cultura de corrupção no Brasil cada vez mais se alastra no sentido de levar vantagem. Eu acho que tanto as pessoas devem ser responsabilizadas, por estar recebendo de forma indevida, mas o maior responsável deve ser em primeira instância o poder público local, e por consequência o estadual e o governo federal. Se a gente não fizer um bom cadastro das famílias, a gente corre o risco de chegar em 2006 com o governo federal dizendo que transfere dez milhões de benefícios sociais através do Bolsa Família, portanto à um universo de pessoas que emergencialmente estão precisando de cobertura, mas a gente ter aí um desvio de 30 a 40% dos recursos aplicados de forma indevida.

AMS - *Afinal, na sua opinião, o que se deve fazer efetivamente para acabar com a fome no Brasil? Podemos ser otimistas? Caminhamos nessa direção?*

Andrade: Nós hoje vivemos no Brasil uma ausência de participação da sociedade civil, uma ausência de sonhos. É fundamental que se recrie o papel da sociedade civil no Brasil. Ao longo desses ciclos históricos eu acho que tiveram vários movimentos onde a atuação da sociedade foi definidora para essas transformações. Eu acho que a gente está num momento de apatia da sociedade civil, talvez fruto do resultado da eleição, de uma liderança maior da sociedade civil no Brasil, no momento em que a gente carece de lideranças mais pragmáticas, mais históricas, mais representativas por parte da sociedade civil. A gente sempre teve nomes que tinham a capacidade de, nos momentos de crise, nos momentos de uma nova criação, aglutinar diferentes setores da sociedade para o debate de uma proposta. Isso ocorreu no Movimento pela Ética na Política, na luta pela redemocratização, você tinha ícones da sociedade civil ilibados, pessoas que não tinham segundos interesses, a não ser dar uma contribuição para a reconstrução do Brasil. E hoje a sociedade civil brasileira atravessa um pouco essa carência de lideranças nacionais. Então eu diria que esse é um dos maiores obstáculos para que se possa, de fato, redirecionar o Estado no sentido de que a prioridade de reconstrução da nação seja a da inclusão social e não a consolidação de uma grande parcela da população na miséria, que pode até não passar fome, mas que não vai ter muito direito a sonhar com um Brasil melhor.